

**AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 795.968 SÃO PAULO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>

**DESPACHO:**

A controvérsia debatida nos autos traz matéria cuja repercussão geral foi reconhecida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos do AI 761.908-RG, e que ainda está pendente de julgamento de mérito. No referido paradigma discute-se a autoaplicabilidade do art. 208, IV, da Constituição Federal, que assegure atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

Diante do exposto, com base no art. 21, I, do RI/STF, determino o sobrestamento do feito até que sobrevenha o julgamento do paradigma mencionado.

Publique-se.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator